

A FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DE SANTA CATARINA AJUDA A EXPLICAR PORQUE O ESTADO APRESENTA A MENOR CONCENTRAÇÃO DE RENDA DO BRASIL?

Área Temática: História Econômica

Pedro Antônio Vieira (UFSC) – pavieira@cse.ufsc.br
Luiz Mateus da Silva Ferreira (UFSC) – luizmateusferreira@yahoo.com.br
André da Silva Redivo (UFSC) – andre.redivo@gmail.com

Resumo

Partindo do fato de que em 2009 Santa Catarina apresentou a menor índice de concentração de renda entre os estados brasileiros, tal como medida pelo índice de Gini, o presente trabalho comparou a trajetória do Gini catarinense com a das outras unidades da federação, assim como com o Brasil, e constatou que de fato, no quesito desigualdade de renda, Santa Catarina é um caso a parte. Quando comparamos a trajetória da desigualdade de renda no Brasil com o estado barriga-verde, constatamos que, tendo partido de um patamar mais baixo, a queda em Santa Catarina é mais rápida, o que fez com que em 2009 o Gini catarinense fosse igual a 0,46 enquanto o do Brasil foi 0,54. Inspirados na idéia de que uma menor desigualdade no período inicial da formação econômica tende a gerar instituições que estimulam o desenvolvimento e uma menor desigualdade no longo prazo, o texto argumenta que na formação econômico-social de Santa Catarina parecem estar presentes os elementos que ajudam a explicar a baixa desigualdade de renda no estado. Da análise da formação econômica de Santa Catarina, observa-se que este estado possui alguns elementos de sua formação social, político e econômica que se assemelham as treze colônias Britânicas, que originaram os EUA. Observa-se que a constituição econômica do estado de Santa Catarina não se deu sob a forma de grandes extensões de terra, com trabalho escravo. Esta propiciaria a formação de mecanismos de conflito social e que levariam a um quadro de maior desigualdade. Portanto, conclui-se que o Estado possui características que o distingue dos demais estados do país e que esta peculiaridade merece estudos aprofundados.

Palavras-Chaves: Desigualdade de Renda; Índice de Gini; Santa Catarina.

1 – INTRODUÇÃO

Já é um lugar comum afirmar que o Brasil ostenta um dos maiores índices de desigualdade do mundo. Conforme o primeiro relatório sobre desenvolvimento humano para América Latina e Caribe¹, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2010), nas Américas, somente Haiti (0,59) e Bolívia (0,60) têm

¹ O documento aborda especificamente a distribuição de renda e considera a renda domiciliar *per capita* e o último dado disponível em que era possível a comparação internacional.

índices de Gini superior ao Brasil (0,56). Na Ásia, a Tailândia (0,59) supera o Brasil e na África vários países não têm maior desigualdade de renda: entre os países desenvolvidos este índice varia de 0,27 (Dinamarca) a 0,41 (Portugal), merecendo registro os EUA com Gini igual a 0.40 – (ver gráficos 2.2 e 2.3).

De fato, não há dúvidas, o Brasil é um país significativamente desigual. Mas o Brasil é um país continental e muito diverso geográfico, cultural, histórica e economicamente. Seria então de esperar que o fosse também no quesito desigualdade, em particular de renda, media pelo índice de Gini². E é isso mesmo que acontece. Em 2009, os Ginis estaduais variaram entre 0,45 (Santa Catarina) e 0,62 (Distrito Federal), enquanto para o país como todo este indicador foi 0,54.

Portanto, Santa Catarina é o estado com menor desigualdade de renda, mas ainda acima do mais alto Gini “de primeiro mundo”, que, como vimos é 0,41. Deixando de lado, por ora, a comparação com os países de baixa desigualdade, no presente texto vamos sistematizar elementos teóricos e algumas evidências históricas que nos ajudem entender melhor o baixo grau de concentração de renda de Santa Catarina, quando comparada com as demais unidades da federação.

Para tanto, em primeiro lugar (seção 2), busca-se demonstrar elementos teóricos a cerca da desigualdade e o problema da concentração de renda no Brasil. Na seção 3, apresenta-se a trajetória do índice de Gini de Santa Catarina comparando-o com os demais estados brasileiros. Na seção 4, são expostos os fundamentos teóricos e históricos que serão usados para explicar a especificidade catarinense. Por fim, na seção 5, virão as considerações finais.

2 – DESIGUALDADE E A CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO BRASIL

Deve-se ter plena consciência de que ao tratar da desigualdade na distribuição da renda, tratando com uma das formas de desigualdade, embora, como adverte Tilly (1999) “*os mecanismos sociais que geram a desigualdade com respeito a um amplo leque de vantagens – riqueza, renda, prestígio, proteção, poder, entre outros, - são similares*” (Ibdi., p. 14, *tradução e grifos nossos*). No mesmo sentido, Armatya Sen afirma que “a avaliação da desigualdade tem de levar em conta tanto a pluralidade de espaços nos quais a desigualdade pode ser apreciada como a diversidade dos indivíduos” (Sen, 2001, p. 147).

² Variando de 0 (completa igualdade) a 1 (completa desigualdade), o índice de Gini mede o grau de concentração de renda, calculando a concentração dos rendimentos *per capita*. No Brasil o índice é calculado com base nos dados da PNAD e comparando rendimentos *per capita* familiares (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio).

Dada a relevância do tema, convém assentar algumas idéias sobre a desigualdade e para isso, segue-se os pressupostos de Sen (2001). Em primeiro lugar a desigualdade é uma realidade inescapável: os indivíduos humanos são desiguais quanto ao gênero, ao tamanho, habilidades, resistências a doenças, meio social, lugar de moradia, posição social, nível de renda, desejos, medos, etc..

Deve ser destacado que esta quase infinita diversidade humana não diminui quando agrupamos os indivíduos em conjuntos como gênero, classes, raça, nação, religião, etc. De fato, como mostram o movimento feminista e negro, a classe trabalhadora tem gênero e cor. Como conseqüência, 1) não faz sentido falar de igualdade sem especificar a dimensão da desigualdade e 2) quando promovemos igualdade (ou a menor desigualdade) em uma dimensão, muito provavelmente estamos aumentando em outra. Nesta perspectiva, a escolha da dimensão da desigualdade torna-se crucial, ao ponto em que as teorias sociais podem ser classificadas segundo a dimensão da igualdade que pretendem realizar.

Sen (2001) defende que a igualdade deve ser buscada na capacidade concreta e na liberdade para realizar objetivos ou metas que os indivíduos consideram valiosos. Nesta perspectiva, perde importância a desigualdade de renda, mesmo porque, indivíduos com a mesma renda podem ter – e certamente terão – diferentes condições para realizar funcionamentos considerados por eles como valiosos. Por exemplo, se um deles é idoso ou enfermo, ou ainda, se sofre limitações na liberdade em função da cor, gênero ou nacionalidade. Deve ser notado que a discriminação baseada na cor da pele, no país de nascimento ou no gênero – e, portanto, independente dos atributos individuais – se enquadram no que Charles Tilly (1999) denomina desigualdade categorial. Este tipo de desigualdade surge se reproduz e mesmo se perpetua “porque as pessoas que controlam os recursos considerados valiosos (*value-producing resources*) respondem às pressões organizacionais através das distinções categoriais” (Ibid., p. 7-8).

Na sua multi milenar história, a desigualdade³ categorial tem sido criada por dois mecanismos principais:

- 1) **Exploração**, que opera quando pessoas ponderosas e associadas comandam recursos e podem coordenar os esforços de outros que são excluídos do valor total adicionado pelo seu esforço; 2) **Açambarcamento de oportunidades**, que opera quando membros de uma rede categorialmente limitada têm acesso a recursos que são valiosos, renováveis, sujeitos a monopólio, fundamentais para a atividade da rede e aumentados pelo modus operandi da rede (Ibid., p. 10, *grifo nosso*)⁴.

³ Entre os modos de criação de desigualdade, antes do século XVIII “entre os próprios europeus a regra geral era a desigualdade baseada no nascimento, havendo pouco espaço para um desenvolvimento autônomo do racismo com base na cor (Fredrickson, 2002, p54).

⁴ A estas duas forças originárias, Tilly (1999) acrescenta: 1) a **emulação**, entendida como a imitação de formas de organização consolidadas e/ou a transferência de relações sociais de um lugar a outro e 2) a **adaptação**, isto é,

Importante também é ter mente que

a desigualdade humana em geral consiste de uma distribuição desigual de atributos entre um conjunto de unidades sociais tais como indivíduos, categorias, grupos e regiões. Corretamente os cientistas sociais tem se preocupado especialmente com a distribuição desigual de custos e benefícios, isto é, bens, definidos num sentido amplo. Bens relevantes incluem não somente riqueza e renda mas também diversos benefícios e custos como o controle da terra, a exposição à doença, respeito das outras pessoas, disponibilidade para o serviço militar, risco de homicídio, posse de ferramentas e disponibilidade de parceiros sexuais (Ibid. p. 25, *tradução nossa*).

Como se pode ver, a palavra *bem* não se refere somente a objetos materiais. De fato, há duas categorias de bens: “autônomos (observáveis sem referência a unidades exteriores, como a acumulação de alimentos) ou relativos (observáveis somente em relação a outras unidades, como o prestígio). Riqueza, renda e saúde exemplificam bens autônomos, enquanto prestígio poder e clientela exemplificam bens relativos” (Ibid., p.25).

A questão da desigualdade é, portanto, muito mais complexa e multifacetada do que em geral admitimos quando nos limitamos à desigualdade na distribuição de renda entre indivíduos, como costumam fazer os economistas. A escolha da dimensão renda – que é uma forma indireta de medir a desigualdade no acesso individual aos bens materiais (ou autônomos na linguagem de Tilly) – não deveria levar à desatenção para com as desigualdades categoriais, que não se devem às diferenças individuais em termos de qualidades, tendências ou realizações – como, por exemplo, conseguir um maior ou menor salário – mas sim pelo pertencimento a um determinado grupo ou categoria (branco/negro, homem/mulher, cidadão nacional/estrangeiro, muçulmano/judeu, etc..

Após estes registros, que foram feitos para que o leitor saiba que a questão da desigualdade vai muito além da distribuição individual da renda, vamos nos voltar para os dados sobre a concentração de renda no Brasil, tal como medida pelo índice de Gini.

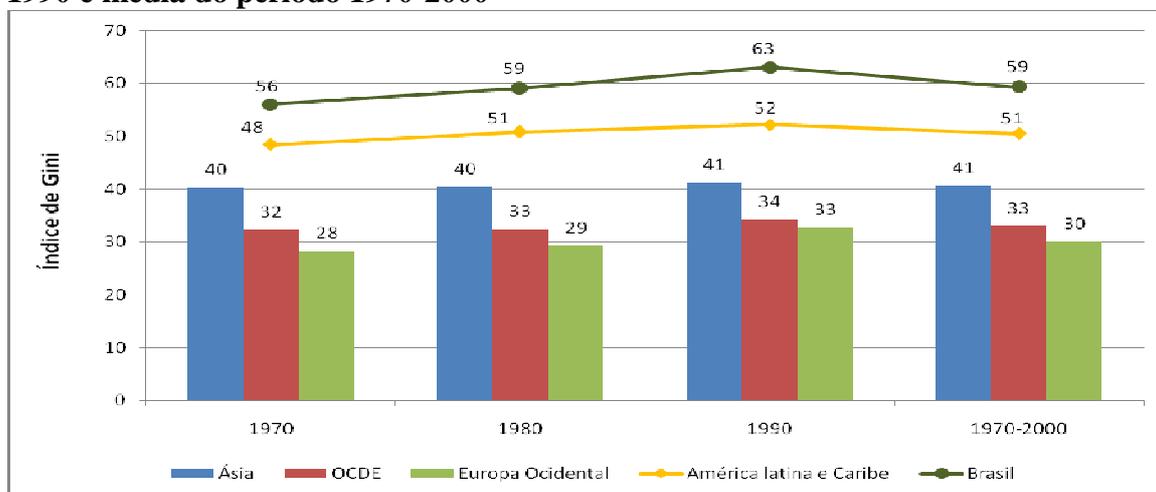
No Brasil, o debate sobre a desigualdade, em particular a desigualdade de renda, emergiu calorosamente no início dos anos 1970, quando foram divulgados os censos de 1960 e 1970 que mostraram um aumento na concentração de renda.

Desde então a literatura sobre o tema vem crescendo e se diversificando para a desigualdade de renda entre regiões, entre sexos, entre raças, entre grupos de assalariados, etc.

Quando comparamos a concentração de renda do Brasil com outras regiões do mundo, o panorama se apresenta como no gráfico 2.1, 2.2 e 2.3.

“a elaboração de rotinas diárias tais como a ajuda mútua, influência política, cortejamento (*courtship*) e a coleta de informações com base em estruturas categoriais desequilibradas”. (p.10).

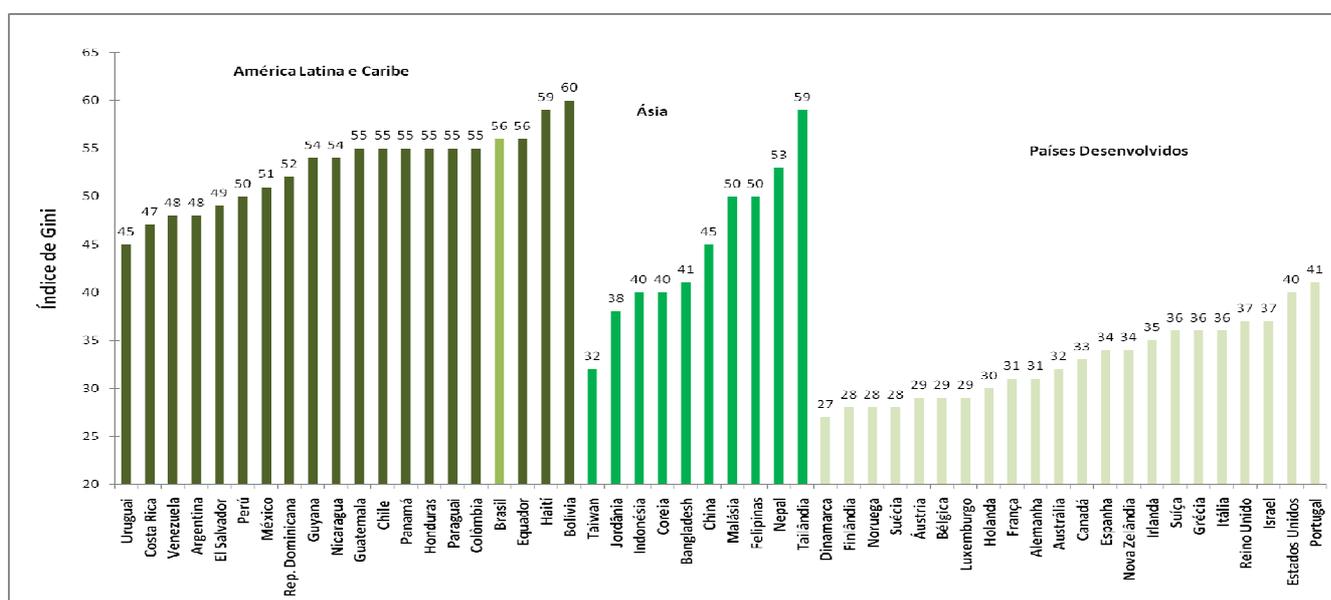
Gráfico 2.1 – Índice de Gini: médias de regiões do mundo nas décadas de 1970, 1980 e 1990 e média do período 1970-2000



Fonte: PNUD, 2010

Nota: Os dados referentes ao índice de Gini das regiões do mundo para o período 1970, 1980 e 1990 foram extraídos do relatório do PNUD 2010. Os dados referentes ao Brasil foram extraídos de Barros e Mendonça (1995).

Gráfico 2.2 – Índice de Gini de Países Selecionados

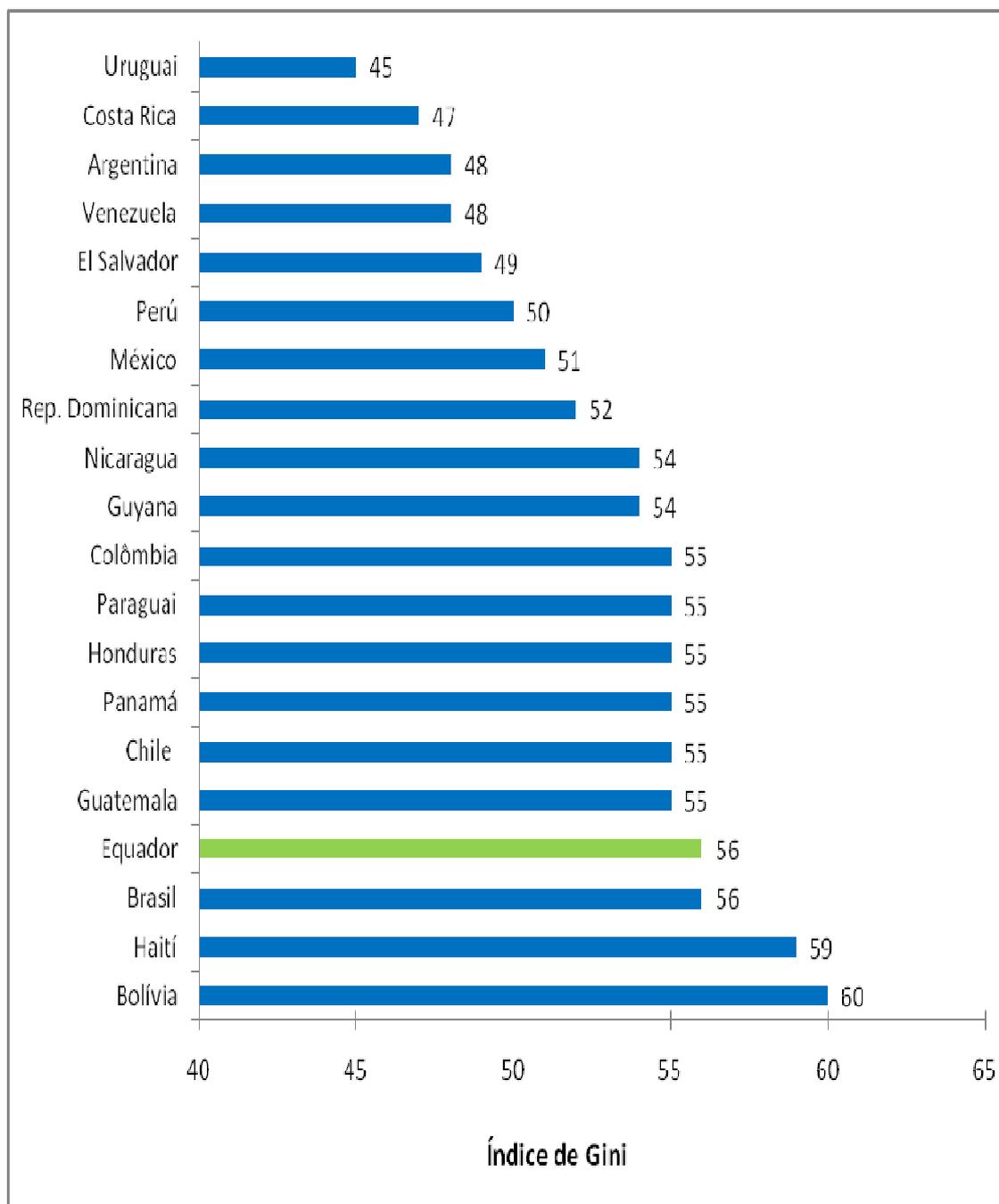


Fonte: PNUD, 2010, p. 26

Nota: Gini correspondente ao último ano para o qual existem dados disponíveis no período 1995-2005.

Observa-se que dos quinze países mais desiguais do mundo dez pertencem à América Latina e Caribe (ALC). O Brasil apresenta o terceiro pior índice de Gini da região, com 0,56, empatado com o Equador.

Gráfico 2.2 – Índice de Gini de 21 Países da América Latina e Caribe



Fonte: PNUD, 2010.

Nota: Gini correspondente ao último ano para o qual existem dados disponíveis no período 1995-2005.

Os dados acima mostram que a alta desigualdade na concentração da renda é uma característica da maior parte do mundo e o Brasil é mais um caso de alta desigualdade, destacando-se por estar no topo da lista dos piores Ginis.

Esta constatação contradiz as explicações tradicionais sobre desigualdade, principalmente aquelas inspiradas em Kuznets (1955), as quais consideravam a desigualdade como uma situação transitória, criada pelo processo de desenvolvimento, e que seria superada

na continuidade deste mesmo processo. Nesta perspectiva, a desigualdade de cada país teria causas próprias e não se relacionava com processos além-fronteira.

A história mostrou que o desenvolvimento experimentado pela América Latina, sobretudo na segunda metade do século XX, não confirmou a hipótese de Kuznets; posteriormente, ao contrário da América Latina, o Japão e a Coreia do Sul experimentaram altas taxas de crescimento sem apresentar alta concentração de renda (Korzeniewicz & Moran, 2009).

Ante a insuficiência da teoria da modernização, outras explicações surgiram, entre elas a de Korzeniewicz & Morin (2009), que adotando uma perspectiva histórico-mundial, propõem que ao longo do século XIX e XX – se não antes – o desenvolvimento do sistema capitalista mundial foi sedimentando áreas de baixa desigualdade e outras com alta desigualdade. Usando a análise de cluster bivariado *cross section*, os autores chegaram a dois clusters. Um, de baixa desigualdade (com Gini abaixo de 0.35) e um de alta (com Gini acima de 0.50). A fronteira superior do cluster de baixa desigualdade é 0.35: quase toda Europa Ocidental, Japão, Canadá, Áustria, alguns países da Europa de Leste, e alguns asiáticos, como Coreia do Sul e Taiwan. A barreira para o cluster de alta desigualdade é 0.50 e neste cluster estão toda América Latina, o Caribe, a África e a Índia. Os autores identificaram também que EUA, Argentina e China oscilam de um cluster a outro. Ainda que com escassez de dados disponíveis, os referidos autores mostram a estabilidade da posição dos países nos grupos de alta e baixa desigualdade entre 1960 e 2005. A desigualdade diminuiu, mas dentro do grupo, sendo que nenhum país passou de um grupo para outro.

Esta estabilidade nas respectivas posições levou os autores a criar as expressões Equilíbrio de Baixa e de Alta Desigualdade.

Nesta perspectiva, a desigualdade de qualquer país deve ser entendida como um fenômeno produzido e reproduzido nas relações que este país vem estabelecendo ao longo da sua história com os demais países do sistema mundial, principalmente, com os países mais poderosos. Assim, se queremos entender a alta desigualdade brasileira, teremos que necessariamente considerar que ela foi se constituindo como uma característica das relações que os grupos e classes estabeleceram ao longo de nossa história, desde o período colonial. Mas atenção! Estas relações não aconteciam desconectadas dos laços políticos, econômicos e culturais que amarravam as classes dominantes sediadas na colônia, e depois de 1822 no país independente, às suas congêneres de outras partes do mundo, principalmente Europa e África (até o início do século XX) e os EUA daí em diante. Um exemplo pode ilustrar este ponto. As relações entre proprietários de engenhos açucareiros e escravos no período colonial eram

em grande parte influenciadas pelas relações comerciais e financeiras que os primeiros mantinham com os comerciantes portugueses e holandeses, na medida em que as variações nos preços do açúcar e os encargos dos empréstimos influenciavam o grau de exploração da força de trabalho escrava. Ao mesmo tempo, a instalação da escravidão, sua disseminação pela colônia e sua preservação por quase quatro séculos só foi possível com aquiescência de comerciantes-capitalistas e governos envolvidos e beneficiados na economia agro-exportadora escravista.

A escravidão é a relação social mais desigual que dois seres humanos podem travar. Como ela foi o fundamento da sociedade colonial, quando veio a independência, “naturalmente” ela continuou, uma vez que a sociedade colonial era uma sociedade escravista, quer dizer, aceitava a escravidão com todas as suas conseqüências em termos de desigualdade e privilégios para os proprietários e para as pessoas livres e brancas, enquanto os escravos, os mulatos e os índios eram privados de direitos. A abolição da escravidão (1888) e a instauração da República (1889) não abalaram os fundamentos das relações econômicas, políticas e sociais e por isso preservaram – embora sob outras formas – as desigualdades inerentes à escravidão. E não podiam ter abalado porque – assim como a Independência – não contaram com a participação ativa e massiva das classes populares, especialmente da população negra.

Assim, uma grande desigualdade foi se tornando uma característica estrutural da sociedade brasileira e, por isso, sua redução a níveis aceitáveis, apesar de se considerada absolutamente necessária, se torna muito difícil, pois significa alterar profundamente o modo de pensar e de viver das classes médias e altas. Em suma, uma vez que a alta desigualdade passa a fazer parte dos tecidos social, político e econômico, uma redução significativa exige quase uma revolução.

A persistência da alta desigualdade no Brasil é uma boa ilustração da tese de Engerman & Sokoloff (1997), segundo a qual a alta desigualdade inicial no período colonial deu lugar a instituições que permitiram às classes dominantes excluir as maiorias dos benefícios do desenvolvimento econômico, o que acabou, no longo prazo, não apenas reproduzindo a alta desigualdade, mas também restringindo o crescimento econômico. O contrário teria acontecido nas treze colônias britânicas.

3 – DESIGUALDADE DE RENDA ENTRE ESTADOS BRASILEIROS

Se, como vimos na seção anterior, uma grande desigualdade tem sido uma das principais características da formação e do desenvolvimento social e econômico do Brasil, é de se esperar que nenhum estado brasileiro tenha um Gini considerado de baixa desigualdade, ou seja, inferior a 0.35. De fato, é isso que se constata quando se analisa a evolução do coeficiente de Gini dos estados brasileiros (ver gráfico 3.1).

Nove estados apresentavam índices de desigualdade superior à média nacional (0,54), dois praticamente igualavam, enquanto dezesseis tiveram Ginis inferiores àquela média.

Cabe destacar que dos estados do Nordeste, apenas o Maranhão apresenta um índice menor do que o do Brasil e que todos os Estados da região Sul, Sudeste e Norte apresentam índices menores que o nacional. Outro ponto que merece observação é o fato do Distrito Federal apresentar a pior distribuição de renda entre todas as unidades da federação.

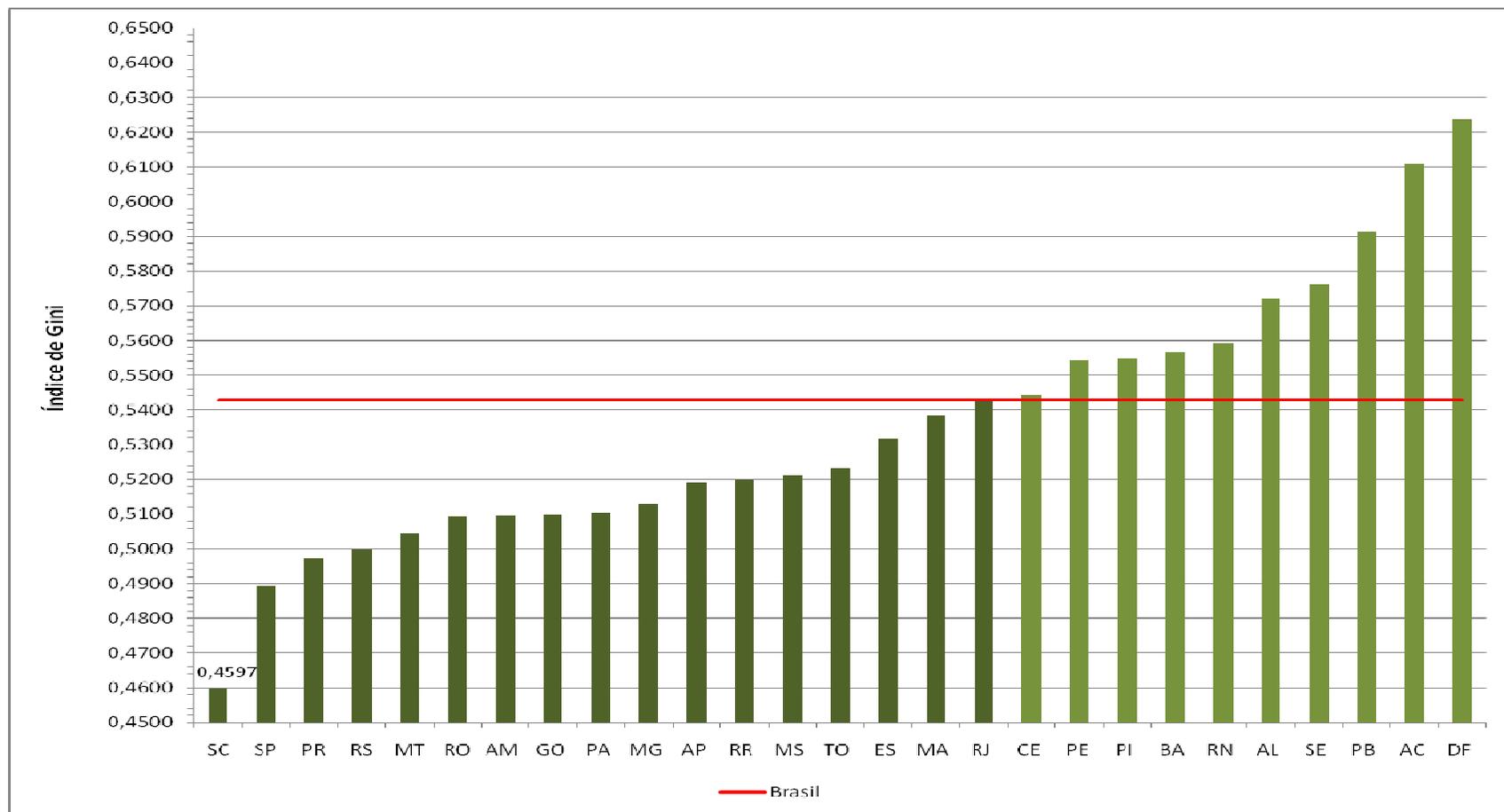
A análise conjunta dos gráficos 3.2 a 3.7 oferece uma representação da evolução da desigualdade nos estados brasileiros entre 1981 e 2009.

Assim como acontece com o índice de Gini do Brasil para o ano de 2009, em nenhum estado brasileiro o Gini ficou abaixo de 0,35, ou seja, nenhum se enquadra na categoria de baixa desigualdade. Todavia, neste ano quatro estados – Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul – apresentam um afastamento em relação ao índice nacional (0,54), com valores abaixo de 0,50.

Também podemos notar que há uma elevação do índice de Gini entre 1981 e 1990 para todas as unidades da federação. Já entre os índices de 1990 e 2009 temos o movimento contrário, ou seja, há uma queda na concentração de renda para a maioria dos Estados, exceto para o Distrito Federal, Sergipe, Alagoas e Amapá.

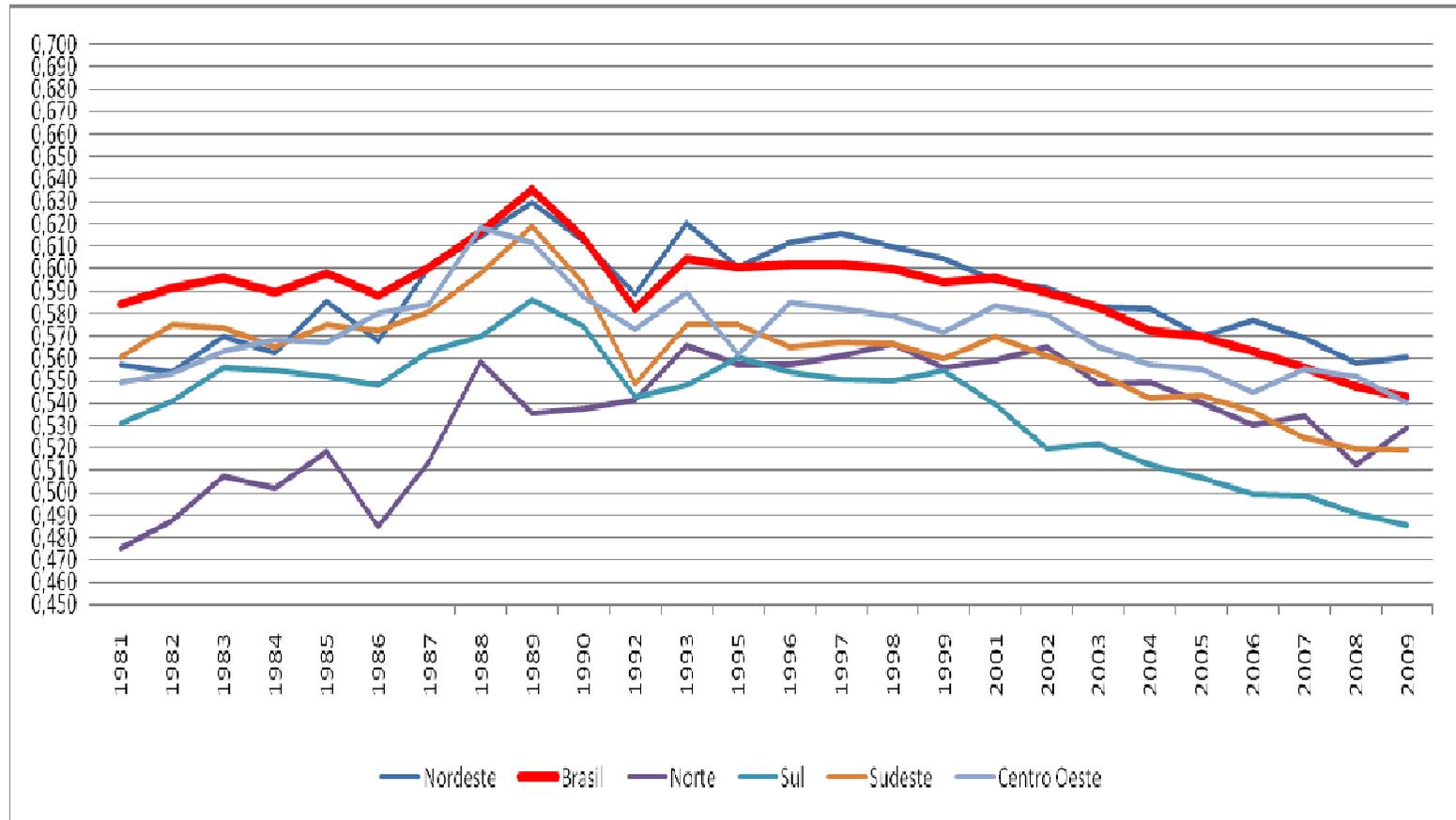
Comparando os Gráficos 3.5 e 3.6, ainda revela que, apenas no ano de 1981 os Estados do Amazonas, Amapá, Rondônia e Rorâima apresentavam menor desigualdade do que Santa Catarina, o que não chega a abalar a tese da especificidade do comportamento da desigualdade em Santa Catarina.

Gráfico 3.1 – Índice de Gini do Brasil e Estados Brasileiros 2009



Fonte: elaboração dos autores com dados do IPEA

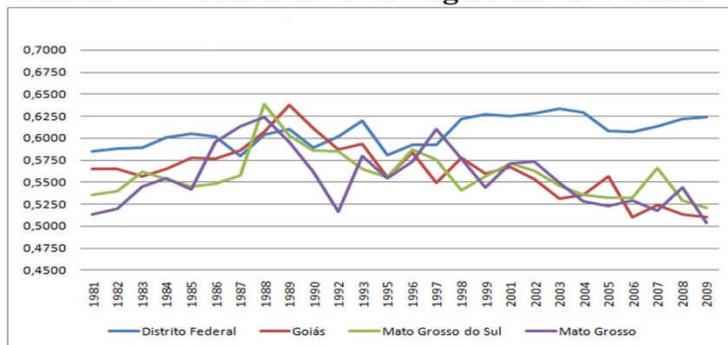
Gráfico 3.2 – Evolução do Índice de Gini da Regiões do Brasil 1981-2009



Fonte: elaboração dos autores com dados do IPEA

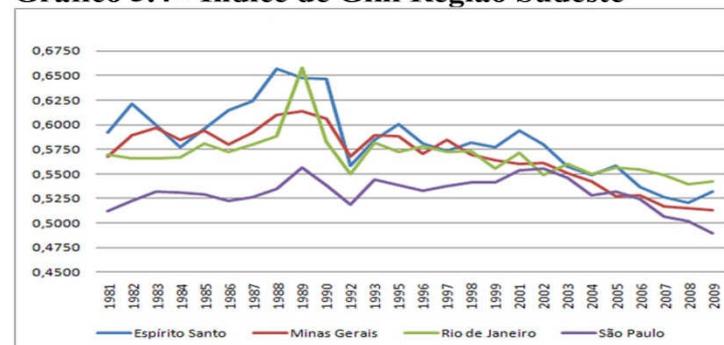
Nota: Para o Estado do Tocantins, o dado de 1990 se refere a 1992, uma vez que não havia tal dado para o ano de 1990.

Gráfico 3.3 - Índice de Gini Região Centro-Oeste



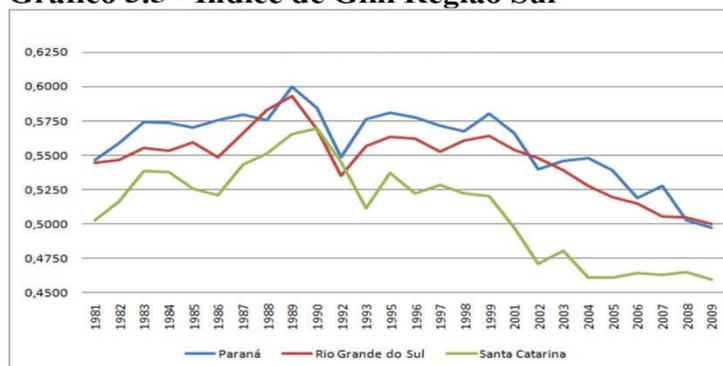
Fonte: elaboração dos autores com dados do IPEA

Gráfico 3.4 - Índice de Gini Região Sudeste



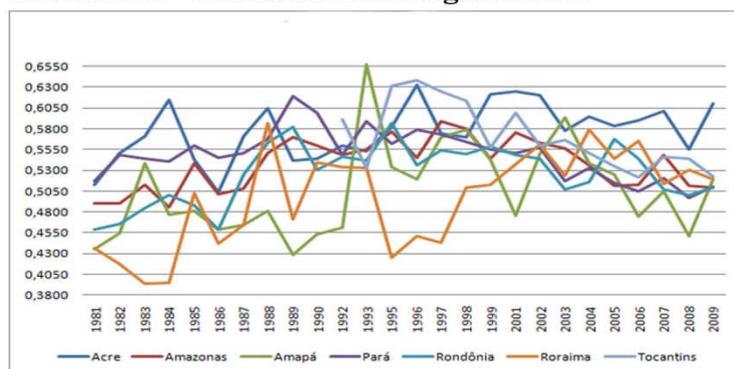
Fonte: elaboração dos autores com dados do IPEA

Gráfico 3.5 - Índice de Gini Região Sul



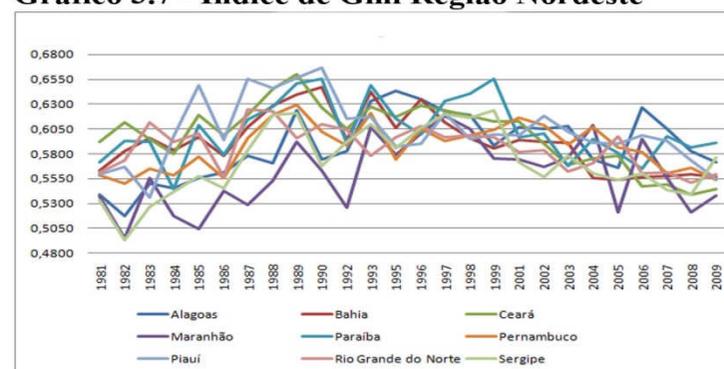
Fonte: elaboração dos autores com dados do IPEA

Gráfico 3.6 - Índice de Gini Região Norte



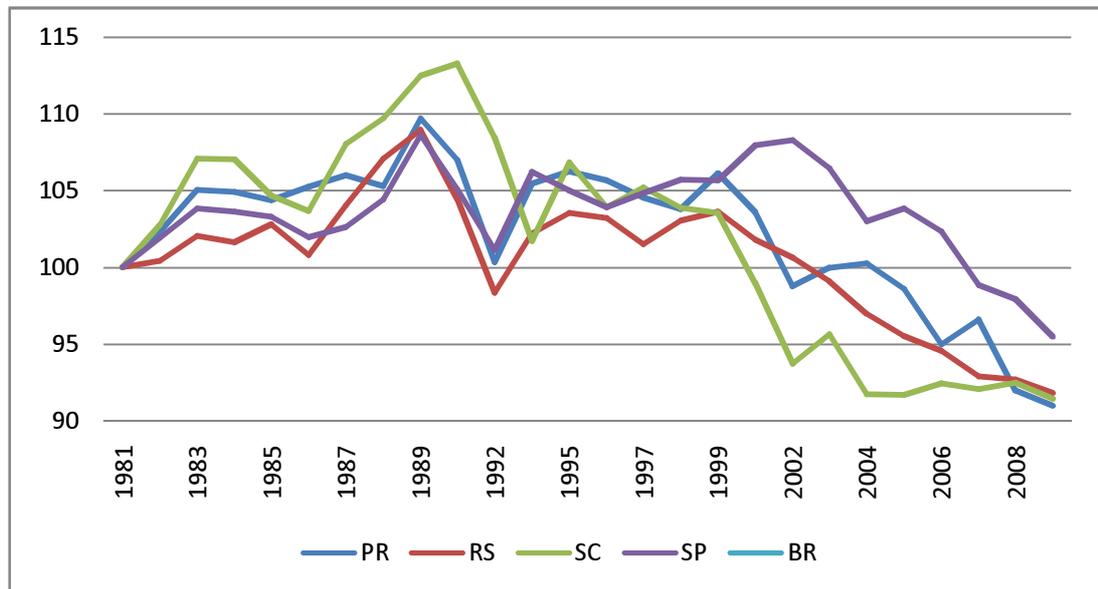
Fonte: elaboração dos autores com dados do IPEA

Gráfico 3.7 - Índice de Gini Região Nordeste



Fonte: elaboração dos autores com dados do IPEA

Gráfico 3.8 – Índice de Evolução da Concentração de Renda de Estados Brasileiros Selecionados entre 1981 e 2009 – 1981=100.



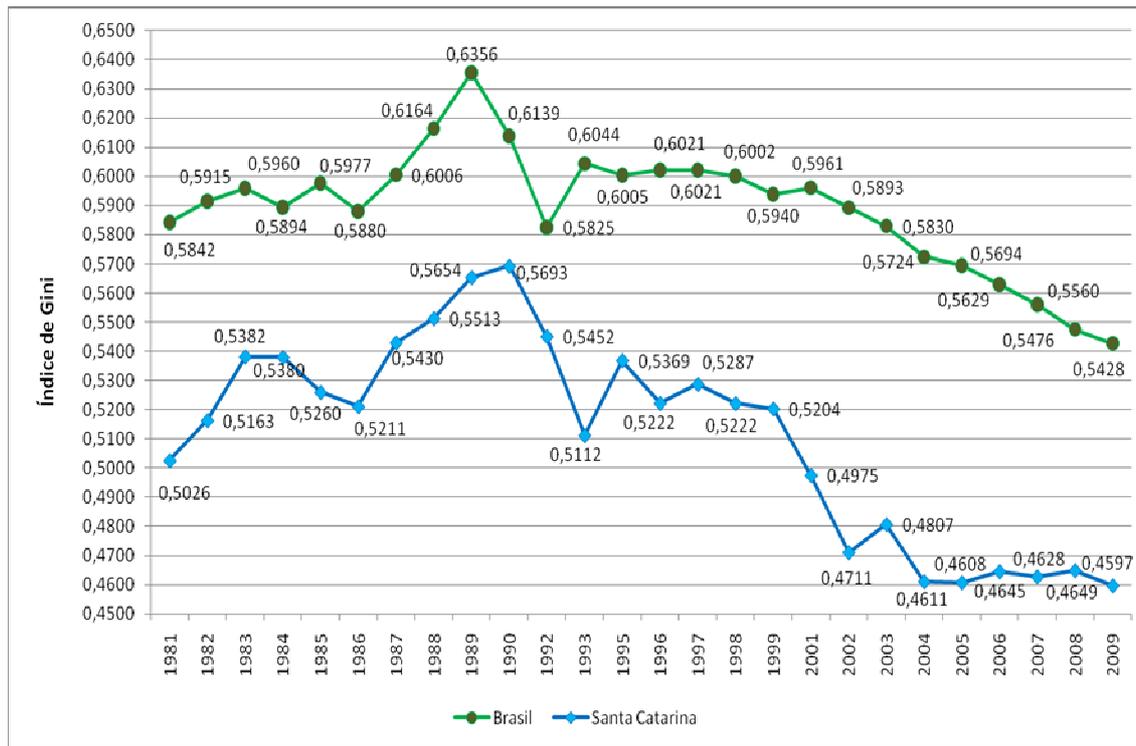
Fonte: elaboração dos autores com dados do IPEA

Podemos observar que as oscilações do índice se assemelham em todos os Estados e também para o Brasil. Com oscilações, as quatro evoluções se assemelham quanto à direção: alta em 1982, queda até 1986, retomada mais acentuada de ascensão até 1989, queda brusca até 1992, nova subida forte 1993, oscilações até 1999 e daí pra frente, tendência de queda - com subidas intermitentes - até 2009.

Até o presente momento, o que chama a atenção é que Santa Catarina apresenta um nitidamente um comportamento único, pois já em 1990 o Gini começa a cair significativamente. Seguindo a tendência geral, o Gini de Santa Catarina continuou caindo persistentemente, como é possível ver no gráfico 3.9. Frente a esta constatação emerge inevitavelmente uma pergunta: como explicar esta queda da desigualdade em Santa Catarina?

Antes de iniciar a próxima seção, onde vamos reunir elementos teóricos e evidências históricas que podem explicar o baixo grau de concentração de renda de Santa Catarina, quando comparado com o Brasil.

Gráfico 3.9 – Índice de Gini do Brasil e Santa Catarina



Fonte: elaboração dos autores com dados do IPEA

Numa primeira avaliação do gráfico, destacamos: grosso modo a evolução apresenta certa sincronia, com algumas divergências importantes. Por exemplo, a queda posterior a 1994/95 foi muito mais acentuada em Santa Catarina, mas neste estado ela se deteve – e mesmo se inverteu – de 2004 em diante, e por isso, em termos percentuais, em 2009 o Gini brasileiro era 18,08% maior que o catarinense, percentual muito próximo ao de 1981 (16,23%).

Em termos das temporalidades braudeliana – tempo curto, o do acontecimento; tempo médio o da conjuntura⁵ e tempo longo (*long dureé*), o da estrutura - o período 1981-2009 pode ser considerado como uma conjuntura curta, e como vemos nestes 28 anos parece haver outras conjunturas menores, quer dizer períodos em que causas específicas destes períodos – por exemplo, uma recessão - alteram bruscamente a evolução anterior.

Estas considerações podem ser vistas como uma advertência para a necessidade de verificar se a baixa desigualdade seria uma característica do espaço catarinense desde pelo menos o fim do século XIX. Se assim fosse, estaríamos diante de um traço estrutural.

⁵ “(...) pois o tempo da conjuntura aqui referida é o da conjuntura relativamente curta (não vai além do Kondratief)”, ou seja 50-60 anos. (Braudel, 1988, p. 566).

Nossa hipótese é de que sim, há elementos da ocupação do território catarinense que sustentam a hipótese de menor desigualdade ser constitutiva das relações sociais aqui desenvolvidas.

Na próxima seção, após apresentar pressupostos teóricos e algumas evidências históricas que justifiquem tal hipótese.

4 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E EVIDÊNCIAS HISTÓRICAS DA DESIGUALDADE NA FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DE SANTA CATARINA

4.1 - Pressupostos Teóricos

O Brasil é um caso perfeito para ilustrar a hipótese de Engerman & Sokoloff (E&S) para explicar a diferença entre os níveis de desenvolvimento dos EUA/Canadá e dos demais países do continente americano. Isso porque a colonização portuguesa apresentou as seguintes características que possibilitam a extrema desigualdade: pequena proporção de proprietários brancos frente a uma grande massa de escravos; produção para exportação baseada no latifúndio e no trabalho escravo. Ao se apropriar da maior parte da riqueza a elite cria condições para criar instituições políticas, jurídicas e econômicas que lhe possibilite impedir à maior parte da população aos recursos (terra, capital, tecnologia, conhecimento) necessários para melhora sua participação na produção e na distribuição da riqueza produzida. A restrição à entrada de grande parte da população no mercado obviamente restringe a competição que estimula a inovação, o investimento e o aumento da riqueza, tendo como resultado final o embotamento do crescimento econômico.

Nos EUA e no Canadá o processo foi outro:

a maior predominância de proprietários brancos nos EUA e no Canadá pode ajudar a explicar porque havia menos desigualdade e maior potencial para o crescimento econômico nestas economias. É de se esperar que tanto a maior distribuição de capital humano e outros recursos, como a relativa abundância de um grupo racial política e economicamente poderoso tenham estimulado a evolução de instituições políticas e legais (jurídicas) que foram mais propícias à participação segmentos mais amplos da população em numa economia de mercado competitiva (E&S, 1997, p. 268).

Quanto à dotação de recursos (incluindo climas, solos e a densidade da população nativa), predispuseram as mencionadas colônias “para trajetórias com distribuição relativamente mais igual de renda e riqueza, com instituições correspondentes que favoreceram a participação de amplos setores na atividade comercial” (p. 271), que promoveu mais cedo à industrialização, o que por sua vez aumentou o potencial de crescimento econômico ao longo do tempo.

Se em lugar de todo o continente americano, tomamos o Brasil como nosso espaço de comparação, nota-se que a colonização/ocupação do território catarinense apresentou algumas das características atribuídas por E&S às colônias que se transformaram nos EUA e no Canadá.

Em outras palavras, vamos procurar elementos para sustentar a hipótese de que Santa Catarina talvez seja um bom caso para ilustrar a contraparte da tese de E&S, ou seja, que a menor desigualdade inicial gera instituições mais democráticas e que no longo prazo estimulam o desenvolvimento.⁶

Pensamos que nossa intuição terá algum fundamento se conseguirmos elencar evidências que comprovem que a formação econômica, política e social catarinense apresentou as seguintes características: 1) Não especialização em produtos primários para exportação; 2) Economia baseada na pequena propriedades; 3) População mais homogênea; e 4) Maior participação da população no mercado que promoveu a industrialização.

Este será o objetivo da próxima seção.

4.2 – Evidências Históricas

O processo de ocupação de Santa Catarina iniciou-se em meados do século XVII, com a fundação de São Francisco, em 1658, Nossa Senhora do Desterro, em 1681 e Santo Antônio dos Anjos da Laguna, em 1682. Estas e outras localidades no litoral catarinense foram colonizadas, basicamente, por açorianos, que, dentro de um “modelo predominantemente de subsistência, calcado num sistema fundiário em que imperava a pequena propriedade” (Cunha, 1982, p. 20), destacava-se a produção de farinha, aguardente e a pesca.

A imigração inicial, provenientes das ilhas de Açores e Madeira, tinha por objetivo a ocupação espacial do território da coroa portuguesa, sobretudo com preocupações de segurança em função dos conflitos com a Espanha. Portanto não se estabelece o objetivo de exploração dos produtos primários para exportação. Além disto, havia limitações geográficas para a introdução das *plantations* (CUNHA, 1982).

⁶ Deve ficar assentado desde já que SC está inserida num conjunto de instituições federais de alta desigualdade e que certamente exerceram forte influência na conformação das instituições no espaço catarinense e que, possivelmente, limitaram o potencial democrático da colonização. Em sentido contrário, as instituições federais estadunidense contribuíram para diminuir o potencial desigualitário do sul escravocrata.

No início do século XIX, chegaram os primeiros imigrantes europeus, na sua maioria proveniente da Alemanha, que fundaram a colônia de São Pedro de Alcântara em 1829. A entrada dos primeiros imigrantes italianos se deu em 1836, com a fundação da colônia Nova Itália (atual São João Batista) no vale do rio Tijucas. A partir de 1875, com o incentivo do governo central à imigração, alemães e italianos chegaram em maior número a Santa Catarina, concentrando-se, principalmente, na região do Vale do Itajaí, norte e sul da província.

Nas primeiras décadas do século XX, a região do oeste catarinense foi colonizada por imigrantes ítalo e germano-brasileiros provenientes do Rio Grande do Sul. Nesta época, sobretudo a partir de 1916, a “região, efetivamente, passou a ter um destaque econômico mais expressivo, devido à exploração da madeira e da erva-mate e de pequenas atividades agropecuárias” (Goularti Filho, 2002, p. 981).

Segundo Cunha (1982), a organização econômica de Santa Catarina até 1880

foi fundamentada na agricultura de *pequena propriedade*, inicialmente voltada para o auto abastecimento, tendendo a se diversificar à medida que as colônias iam se desenvolvendo. O artesanato logo se desenvolveu, à base do processamento dos produtos oriundos da agropecuária e da extração da madeira e posteriormente da erva-mate (p.76, *grifo nosso*).

A partir de 1880, com a presença do imigrante europeu,

Santa Catarina obteve êxito na industrialização, explorando vantagens comparativas em ramos de indústrias tradicionais, apesar do menor ritmo de expansão desses mercados, aproveitando a disponibilidade de recursos naturais (madeira e carvão), a experiência e conhecimento acumulado e a inquestionável capacidade empreendedora e a geração de excedentes agrícolas (p.83).

Mamigonian (1986) aponta que o bom desempenho econômico das regiões de Santa Catarina deve-se ao tipo específico de imigração e a presença da pequena produção mercantil destinada ao mercado local e nacional.

Goularti Filho (2002) observa que

o surgimento de vários pequenos comerciantes e industriais nas zonas de colonização européia engendrou uma *acumulação pulverizada* e um concorrência mais acirrada, permitindo a prosperidade de alguns capitalistas, em detrimento de outros, gerando assim uma *diferenciação social dentro da pequena propriedade* (p. 38, *grifo nosso*)

O autor ainda observa que no processo de formação sócio-econômico de Santa Catarina as desigualdades sociais não foram solucionadas com o planejamento do governo estadual. “O Estado e os planos sempre foram conduzidos pela burguesia industrial aliada à oligarquia agrária” (p. 45).

Fica evidente, portanto, que o tipo de povoamento e colonização de Santa Catarina, baseado na pequena propriedade e na pequena atividade mercantil e artesanal, constituem especificidades que, dentro do processo de formação sócio-econômica do Brasil, permitem compreender as distorções do desenvolvimento social do país, isto é, a formação sócio-econômica de Santa Catarina, diferentemente da região do nordeste brasileiro, não teve suas raízes no latifúndio e no trabalho escravo, mas sim na pequena produção mercantil, da qual se geraram excedentes que deram origem a importantes pólos industriais, os quais dinamizaram o processo de desenvolvimento social, o que não se verifica na arcaica estrutura oligárquica do norte e nordeste do Brasil.

Como destacado, as relações produtivas não estavam estabelecidas torno de grandes monoculturas de exportação e não assentadas em trabalho escravo. Portanto, a não utilização maciça de trabalho escravo, limitou a formação de mecanismos sociais que gerassem desigualdade, uma vez que havia uma massa populacional mais homogênea em termos étnicos e de capital humano.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Instigados pelo baixo – para os padrões do Brasil, da América Latina, da África e de boa parte da Ásia – índice de Gini apresentado por Santa Catarina no ano de 2009, nosso estudo buscou verificar: 1) se esta posição se confirmava para períodos anteriores e 2) se a menor desigualdade poderia ser explicada por características da formação sócio econômica catarinense.

Quando comparamos a trajetória da desigualdade de renda no Brasil no período 1981-2009, constatamos que de fato, tendo partido de um patamar mais baixo, a queda em Santa Catarina é mais rápida, o que faz com que em 2009 o Gini catarinense fosse igual a 0,46 enquanto o do Brasil foi 0,54. Não obstante, nossa preocupação neste texto não foi buscar as causas para comportamento da desigualdade nestes 28 anos e sim nos perguntar se a história do estado poderia ajudar a explicar a baixa concentração de renda apresentada nesse período.

E para isso nos inspiramos em Engerman & Sokoloff, os quais argumentam que as diferenças de nível de desenvolvimento entre os EUA/Canadá vis-à-vis todos os demais países do continente americano, deve-se a que a dotação de fatores (população, solo, clima) predispôs aqueles dois países – nos séculos XVII e XVIII, quando ainda eram colônias britânicas – para desenvolver instituições mais equitativas, as quais favoreceram o

desenvolvimento econômico. O contrário teria ocorrido nas colônias açucareiras do Caribe e do Brasil, bem como nas colônias espanholas.

Pareceu-nos que a formação econômico-social de Santa Catarina se assemelhava em alguns aspectos às treze colônias: população mais homogênea, pequenos proprietários produzindo para o mercado interno (e não latifúndios escravistas produzindo para exportação) e desenvolvimento industrial relativamente precoce. Por que estes elementos tendem a gerar uma menor desigualdade? Uma população mais homogênea em termos étnicos e de capital humano dificulta que um pequeno grupo possa explorar exageradamente a maioria trabalhadora, por exemplo, escravos, e se apropriar da quase totalidade da renda; uma maior dispersão da renda ocorre numa economia de pequenos proprietários, enquanto a concentração é favorecida no caso de latifúndios. Pequenos proprietários produzindo para o mercado são mais estimulados a buscar oportunidades comerciais e industriais, promovendo inovações e o desenvolvimento industrial.

No tempo disponível para fundamentar nossa intuição, cremos que reunimos algumas indicações que sugerem que as características acima se encontram na formação sócio-econômica catarinense. A continuidade da pesquisa pretende tornar mais robustas estas evidências, e para isso serão analisadas separadamente as várias regiões e mesmo municípios catarinenses, pois também a estes níveis há diferenças na distribuição da renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Thiago Periard do. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Economia. **Formação econômica de Santa Catarina: uma abordagem institucionalista.** Florianópolis, SC, 2007. 85 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Economia.

BARROS, R.; MENDONÇA, R. **Os determinantes da desigualdade no Brasil.** In: IPEA, Economia brasileira em perspectiva. Rio de Janeiro: IPEA, 1995, p. 421 – 474.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo- Séculos XV-XVIII, vol. 3.** O Tempo do Mundo, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CUNHA, I.J. **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina.** Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

ENGERMAN, STANLEY L. & SOKOLOFF, KENNETH L. “Factor Endowments, Institutions, and Differential Paths of Growth Among New World Economies; A View from

Economic Historians of the United States”, in HABER, STEPHEN, “**HOW LATIN AMERICA FELL BEHIND: Essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914**” Stanford University Press, Stanford, California, 1997

FREDRICKSON (2002) Fredrickson, George M. **Racism: a short history**. Princeton University Press: Princeton and Oxford, 2002.

IPEA. **Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil**. Nota Técnica, Brasília agosto, 2006.

IPEADATA. <<www.ipeadata.gov.br>>, acesso em 23 de fevereiro de 2011.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

KORZENIEWICZ, R. P.; MORAN, T. P. **Unveiling Inequality: a World-Historical Perspective**. 2009.

KUZNETS, S. **Economic Growth and Income Inequality**. The American Economic Review. Vol. 45.nº 1, p.1-28, março, 1955.

MAMIGONIAN, Armen. Indústria. In: GAPLAN. **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis: 1986.

PNUD. **Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y El Caribe 2010**. Costa Rica, julho, 2010. Disponível em:
<<http://hdr.undp.org/en/reports/regional/featuredregionalreport/RHDR-2010-RBLAC.pdf>>

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

TILLY, Charles. **Durable Inequality**. University of California Press. Berkeley e Los Angeles, 1999